

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO..... 49

1. Atividade Financeira do Estado.....	49
2. Direito Financeiro	51
2.1. Autonomia do direito financeiro	53
2.2. Fontes do direito financeiro	57
2.2.1. Fontes formais.....	58
2.2.1.1. Fontes principais.....	58
A) Constituição Federal.....	58
B) Leis Complementares	58
B.1. Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.....	60
B.2. Lei 4.320/64.....	63
C) Leis Ordinárias	64
D) Leis Delegadas	64
E) Medida Provisória.....	65
E.1. Jurisprudência.....	65
2.2.1.2. Fontes secundárias	67
A) Decretos	67
B) Resoluções.....	67
C) Atos Normativos.....	68
D) Decisões Administrativas	68
E) Decisões Judiciais – Judicialização das políticas públicas	68
2.2.2. Fontes materiais – Ciência das Finanças	80
3. Premissas do Direito Financeiro.....	82
3.1. Limitação de recursos.....	84
3.2. Escolhas trágicas.....	87
4. Competência Legislativa	90
4.1. Competência dos Municípios em matéria de direito financeiro	94
5. Direito Financeiro e o Federalismo Assimétrico	96
6. Quadro Sinóptico.....	102
7. Informativos selecionados	104
7.1. STF	104
8. Questões de Concursos Públicos.....	105

CAPÍTULO 2

ORÇAMENTO PÚBLICO 107

1. Conceito.....	108
2. Aspectos do Orçamento.....	109
3. Natureza Jurídica	113
3.1. Emendas Constitucionais recentes (86/2015; 100/2019; 102/2019 e 105/2019) e a impositividade do orçamento.....	117
3.2. Releitura da natureza jurídica do orçamento após a EC n. 100/2019. O que muda no orçamento ...	124
3.3. Quadro doutrinário	128

3.4.	Panorama jurisprudencial.....	131
3.5.	Orçamento Público “Secreto”: contradição nos seus termos.....	132
3.6.	Controle de constitucionalidade do orçamento	138
3.7.	O orçamento e a sua autoridade de lei.....	142
4.	Espécies de Orçamento.....	144
5.	Princípios Orçamentários e financeiros	147
5.1.	Princípio da Legalidade.....	151
5.2.	Princípio da Exclusividade	153
5.3.	Princípio da Programação	154
5.4.	Princípio do Equilíbrio Orçamentário.....	156
5.5.	Princípio da Anualidade.....	159
5.6.	Princípio da Unidade	161
5.7.	Princípio da Universalidade.....	162
5.8.	Princípio do Orçamento-bruto.....	163
5.9.	Princípio da Transparência Orçamentária.....	163
5.9.1.	Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	167
5.9.2.	Do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	169
5.9.3.	Da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11)	171
5.9.4.	O tema na jurisprudência.....	173
5.9.5.	Transparência e os gastos secretos	174
5.10.	Princípio da Não Afetação (Não Vinculação) das Receitas de Impostos	176
5.11.	Princípio da Especificação ou Especialização	183
5.12.	Princípio da Proibição de Estorno	184
5.13.	Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa).....	188
5.14.	Princípio da Economicidade	191
5.15.	Princípio da diferenciação das fontes de financiamento	193
6.	Dos Créditos Adicionais	194
6.1.	Créditos suplementares	195
6.2.	Créditos especiais.....	197
6.3.	Créditos extraordinários.....	198
6.4.	Fontes para a abertura de créditos adicionais	202
6.4.1.	Superávit financeiro.....	202
6.4.2.	Excesso de arrecadação	202
6.4.3.	Anulação parcial ou total de dotações	203
6.4.4.	Operações de crédito	203
6.4.5.	Reserva de contingência	204
6.4.6.	Recursos sem despesas correspondentes	204
7.	Da Orçamentação.....	205
7.1.	Ciclo orçamentário	206
7.1.1.	Iniciativa.....	206
	A) Pode o Executivo alterar a proposta orçamentária dos demais órgãos e poderes?.....	211
7.1.2.	Apreciação e Emendas ao orçamento	213
7.1.3.	Sanção ou veto	220
7.1.4.	Execução	220
7.1.5.	Controle.....	222
8.	Das Leis Orçamentárias	223
8.1.	Plano Plurianual	224
8.1.1.	Conceito	224

8.1.2.	Conteúdo	225
8.1.3.	Prazo para envio	226
8.1.4.	Vigência	226
8.2.	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	228
8.2.1.	Conceito	228
8.2.2.	Conteúdo	233
8.2.3.	Prazo para envio	233
8.2.4.	Vigência	234
8.2.5.	LDO e as novidades trazidas pela LRF	235
8.2.5.1.	Do Anexo de Metas Fiscais.....	235
8.2.5.2.	Do Anexo de Riscos Fiscais	238
8.3.	Lei Orçamentária Anual (LOA).....	239
8.3.1.	Conceito	239
8.3.2.	Conteúdo	241
8.3.3.	Prazo para envio	243
8.3.4.	Vigência	243
8.3.5.	LOA e as novidades trazidas pela LRF	244
9.	Abordagem Crítica do Orçamento: Atraso no trâmite das leis orçamentárias e ausência de afinidade lógica	246
10.	Orçamento Participativo.....	250
11.	Desvinculação da Receita da União (Emendas Constitucionais nºs 10, 17, 27, 42, 56, 68, 93, 126 e 132) ..	251
11.1.	A tredestinação da receita dos tributos vinculados e seus reflexos jurídicos.....	256
12.	Vedações do art. 167 da Constituição Federal	260
13.	Quadro sinóptico.....	266
14.	Súmulas Aplicáveis.....	273
14.1.	STJ	273
14.2.	STF	273
15.	Informativos Recentes.....	274
15.1.	STJ	274
15.2.	STF	275
16.	Jurisprudência Seleccionada.....	282
16.1.	STJ	282
16.2.	STF	282
17.	Questões de Concursos Públicos.....	285

CAPÍTULO 3

TEORIA DOS INGRESSOS PÚBLICOS – RECEITA PÚBLICA..... 289

1.	Introdução.....	289
2.	Conceito.....	290
3.	Classificação	291
3.1.	Quanto à periodicidade ou regularidade.....	291
3.1.1.	Ordinária	291
3.1.2.	Extraordinária	291
3.2.	Quanto ao sentido	291
3.2.1.	Ampla.....	291
3.2.2.	Restrito	291
3.2.3.	“Taxas” de inscrição em concurso público e sua classificação.....	293
3.3.	Quanto à competência do ente da Federação.....	295
3.3.1.	Federal	295

3.3.2.	Estadual (Distrital).....	295
3.3.3.	Municipal.....	295
3.4.	Quanto às fontes, origem ou coercitividade.....	295
3.4.1.	Originárias.....	296
3.4.2.	Derivadas.....	296
3.5.	Quanto à natureza ou previsão orçamentária.....	302
3.5.1.	Orçamentária.....	302
3.5.2.	Extraorçamentária.....	302
3.6.	Quanto à categoria econômica (classificação legal).....	305
3.6.1.	Receitas Correntes.....	305
	A) Receita Tributária.....	305
	B) Receitas de Contribuições.....	305
	C) Receita Patrimonial.....	305
	D) Receita Agropecuária.....	306
	E) Receita Industrial.....	306
	F) Receita de Serviços.....	306
	G) Transferências Correntes.....	306
	H) Outras Receitas Correntes – Análise da natureza jurídica dos <i>royalties</i>	306
3.6.2.	Receitas de Capital.....	309
	A) Operações de Crédito.....	310
	B) Alienação de Bens.....	310
	C) Amortização de Empréstimos.....	310
	D) Transferências de Capital.....	310
	E) Outras Receitas de Capital.....	310
4.	Regime Contábil da Receita.....	313
5.	Dívida Ativa.....	314
5.1.	Da possibilidade de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	316
5.2.	Da distinta classificação dos tributos aplicada no conceito de dívida ativa e nos institutos da Lei de Execução Fiscal.....	319
5.3.	Da securitização da dívida ativa.....	320
5.4.	Da Resolução 547 do CNJ e seu reflexo na Dívida Ativa.....	321
6.	Fases da Receita.....	323
6.1.	Previsão.....	324
6.2.	Lançamento.....	325
6.3.	Arrecadação.....	326
6.4.	Recolhimento.....	326
7.	Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	327
7.1.	Receita Corrente Líquida.....	327
7.1.1.	Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo do Repasse ao Legislativo Municipal (duodécimo).....	328
7.1.2.	Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo dos índices constitucionais de saúde e educação.....	331
7.1.3.	Receita Corrente Líquida como base de cálculo de diversos institutos legais.....	334
	A) Reserva de Contingência.....	334
	B) Dívida consolidada dos entes federativos.....	335
	C) Despesas com pessoal.....	335
	D) Parcerias público-privadas.....	336
	E) Pagamento de precatórios.....	337
	F) Emendas impositivas.....	338

7.2. Responsabilidade na gestão fiscal.....	338
7.2.1. Sanções pela não eficiência arrecadatória	340
7.3. Renúncia de Receita.....	343
8. Repartição de Receitas Tributárias – Transferências Constitucionais	352
8.1. Transferências constitucionais e seu reflexo no Imposto de Renda Retido na Fonte	357
8.2. Transferências constitucionais e reflexo da isenção do ICMS nos repasses aos Municípios.....	360
8.3. Transferências constitucionais e reflexos da isenção do IPI e do IR nos repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	366
8.4. Compensação dos Estados pela desoneração das exportações do ICMS – “Lei Kandir”	368
8.5. A repatriação e o reflexo nas receitas dos Estados e dos Municípios	369
8.6. Reforma Tributária e impactos na distribuição das receitas	370
8.6.1. Alterações no ICMS.....	370
8.6.2. Alterações no IPI.....	371
8.6.3. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	371
9. Bloqueio de Transferências.....	371
10. Sobre os Fundos Públicos	375
11. Duodécimos: entrega de recursos aos demais Poderes e Órgãos.....	380
12. Quadro Sinóptico.....	386
13. Súmulas Aplicáveis.....	390
13.1. STJ	390
13.2. STF	390
14. Informativos Recentes.....	390
14.1. STJ	390
14.2. STF	391
15. Jurisprudência Seleccionada.....	394
15.1. STF	394
15.2. STJ	396
16. Questões de Concursos Públicos.....	397

CAPÍTULO 4

DESPESAS PÚBLICAS	401
1. Introdução.....	402
2. Conceito.....	402
3. Classificação	405
3.1. Quanto à origem do recurso.....	405
3.2. Quanto à competência do ente.....	406
3.2.1. Federal	406
3.2.2. Estadual	406
3.2.3. Municipal.....	406
3.3. Quanto à regularidade.....	406
3.4. Quanto à natureza legal.....	406
3.4.1. Despesas correntes.....	407
3.4.2. Despesas de capital	408
3.5. Quanto ao disposto pela LRF.....	410
3.6. Classificações para os concursos de Auditor do Tribunal de Contas, Técnicos e Analistas.....	411
3.6.1. Classificação institucional.....	411
3.6.2. Classificação funcional-programática.....	412
4. Fases da despesa Pública.....	415

4.1.	Empenho.....	417
4.1.1.	Tipos de empenho.....	420
4.1.2.	Pode um empenho ser cancelado ou anulado?	421
4.2.	Liquidação	423
4.3.	Pagamento. Importância do ordenador de despesas	426
4.3.1.	Impessoalidade no pagamento – Ordem cronológica de sua ocorrência	429
4.3.2.	Pagamento antecipado.....	431
4.3.3.	Retenções de tributos nos pagamentos e exigência de certidões de regularidade fiscal.....	433
5.	Regime Contábil da Despesa	435
5.1.	Exceções aos regimes contábeis.....	437
5.2.	Regime de competência e o período adicional	438
6.	Restos a Pagar	439
6.1.	Restos a pagar em final de mandato	444
6.2.	Restos a pagar e calamidade pública	448
7.	Adiantamento ou Suprimento de Fundos	449
8.	Despesas Públicas de Origem Administrativa: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).....	452
9.	Despesas Públicas de Origem Judicial: Precatório.....	455
9.1.	Conceito e finalidade	455
9.2.	Alcance do regime.....	457
9.3.	Procedimento.....	461
9.4.	Regra geral dos precatórios	462
9.5.	Classificação dos precatórios. Ordem de pagamento.....	464
9.5.1.	Jurisprudência e a EC n. 94/16	467
9.6.	Requisições de Pequeno Valor	469
9.7.	Exceção ao regime.....	472
9.8.	Função administrativa do Tribunal.....	476
9.9.	Complementação, suplementação e fracionamento de precatório	477
9.10.	Compensação de precatório realizado pela Fazenda Pública (compensação de ofício)	480
9.11.	Precatórios e reflexos tributários.....	482
9.11.1.	Compensação realizada pelo contribuinte.....	482
9.11.2.	Precatório e o processo executivo fiscal	487
9.11.3.	Precatório e Certidão Negativa de Débito (CND)	488
9.11.4.	Precatórios, depósitos judiciais e litigância tributária (LC n. 151/15).....	488
9.11.5.	Precatório e transação tributária.....	492
9.11.6.	Precatório e restituição de indébito tributário	493
9.12.	Precatórios e suas múltiplas finalidades.....	494
9.13.	Atualização monetária dos precatórios.....	495
9.14.	Cessão de precatórios	500
9.15.	Das Emendas Constitucionais n.s 113 e 114, ambas de 2021. PEC dos Precatórios. Limitação de seu pagamento. ADI 7064.	501
9.16.	Amortização de dívidas via precatórios	504
9.17.	Regimes Especiais de Precatórios	505
9.17.1.	Regime Especial da EC n. 62/09	508
9.18.	Precatório e dano moral	510
9.19.	Do sequestro das contas públicas e hipóteses de permissão constitucional	511
9.20.	Intervenção federal.....	520
9.21.	Do cancelamento de precatórios e sua prescrição.....	521
10.	Despesas Públicas e o Regime Fiscal Sustentável (LC 200/2023).....	523
10.1.	Duração e características do Regime.....	524

10.2. Alcance do Regime.....	525
10.3. Indexador do crescimento das despesas	526
10.4. Conceito de Receita para fins do Regime Fiscal.....	527
10.5. Exceções ao Regime	527
10.6. Medidas de ajuste fiscal.....	530
10.7. Despesas com investimentos	532
11. Despesas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	533
11.1. Da execução orçamentária	533
11.2. Limitação de empenho. Contingenciamento.....	535
11.3. Limitação de empenho de outros poderes pelo Executivo. Inconstitucionalidade reconhecida.....	538
11.4. Geração de despesa	540
11.5. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC	542
11.6. Despesas com pessoal.....	544
11.6.1. Conceito	546
11.6.2. Limites de gasto dos Poderes e órgãos. Especificidade da Câmara de Vereadores. Novidades da LC n. 178/2021.....	551
11.6.3. Exceções ao cômputo dos gastos.....	555
11.6.4. Despesas nulas.....	558
11.6.5. Controle dos gastos de pessoal.....	561
A) Limite alerta	561
B) Limite prudencial	561
C) Excesso de despesa: prazo para a sua eliminação.....	565
D) Regra temporária para recondução das despesas com pessoal ao limite (LC n. 178/2021).....	566
E) Direito à nomeação e à incorporação de vantagens <i>versus</i> limitação orçamentária	567
F) Medidas legais e constitucionais para o controle de gastos com pessoal ...	571
G) Direito à revisão anual em tempos de crise financeira. Dos custos dos direitos	575
H) Sanções.....	580
I) Suspensão das sanções frente à queda das receitas. Inovação da LC n. 164/2018.....	581
J) Despesas com pessoal e calamidade pública	582
11.7. Despesas com a seguridade social	582
12. Destinação de Recursos para o Setor Privado – Subvenções.....	583
13. Cooperação entre os entes Federativos	586
14. Transferências	587
14.1. Transferências obrigatórias	588
14.2. Transferências voluntárias.....	588
14.2.1. Requisitos.....	589
14.2.2. Exceções.....	590
14.2.3. Do Cadastro Único de Convênio. Sanções aos entes federativos	591
14.2.4. Medidas que habilitam o ente federativo ao recebimento das transferências voluntárias. Responsabilização pessoal do ex-gestor	599
14.2.5. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções.....	601
14.3. Transferências automáticas	605
15. Despesa Pública em Tempos de Crise – Reflexos da Pandemia da Covid-19. EC n. 109/21, EC n. 106/20 e LC n. 173/20.....	606
15.1. Considerações iniciais	606
15.2. Critérios para a fixação das despesas em tempos de crise. Análise à luz das recentes inovações legislativas	607

15.3. Calamidade Pública e a Constituição Federal (EC n. 109/21)	610
15.4. Crise financeira e medidas constitucionais de controle de gastos (EC n. 109/21)	612
15.5. Crise financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal	616
15.6. O recente caso <i>Coronavírus</i> – Como os poderes enfrentaram o problema	620
15.6.1. O problema	620
15.6.2. Medidas legislativas tomadas no âmbito da receita, da despesa e do crédito público para o combate à crise. EC n. 106/20 e LC n. 173/20	621
15.6.3. Do enfrentamento judicial	625
16. Quadro Sinóptico	626
17. Súmulas Aplicáveis.....	637
17.1. STJ	637
17.2. STF	638
18. Informativos Recentes.....	638
18.1. STJ	638
18.2. STF	641
19. Jurisprudência Seleccionada.....	651
19.1. STJ	651
19.2. STF	652
20. Questões de Concursos Públicos.....	654

CAPÍTULO 5

LINHAS GERAIS DO CRÉDITO PÚBLICO.....	657
1. O Empréstimo como Processo Financeiro.....	657
2. Breve Histórico.....	659
3. Aspectos Jurídicos do Crédito Público	660
4. Conceito.....	662
4.1. Crédito público como fonte de receitas – Empréstimo público – Estado devedor.....	662
4.2. Crédito público como política interventiva na economia – Estado credor	664
5. Natureza Jurídica	666
5.1. Tese Drago.....	668
6. Classificações do Crédito Público.....	669
6.1. Quanto à coercitividade	669
6.2. Quanto à temporalidade	671
6.2.1. Dívida pública flutuante.....	671
6.2.2. Dívida pública fundada ou consolidada.....	671
6.3. Quanto à origem dos recursos.....	673
6.3.1. Dívida externa.....	673
6.3.2. Dívida interna	674
7. Títulos da Dívida Pública e sua Relação com o Direito Tributário.....	675
8. Crédito Público na Constituição Federal.....	677
8.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	679
8.2. Atribuições do Senado Federal	679
9. Crédito Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal	683
9.1. Definições gerais	684
9.2. Da contratação das operações de crédito	685
9.3. Operações de crédito proibidas	688
9.4. Concessão de garantias.....	690
9.5. Limites e controle para o endividamento público	692
9.6. Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).....	692

10. O Banco Central na Constituição e na LRF.....	694
10.1. EC n. 106/20 e as alterações momentâneas nas atribuições do Banco Central para combater a “calamidade fiscal”	699
11. O Sistema Financeiro Nacional.....	701
12. Quadro Sinóptico	704
13. Informativos Recentes.....	708
14. Jurisprudência selecionada	708
14.1. STF	708
15. Questões de Concursos Públicos.....	712

CAPÍTULO 6

CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	715
1. critérios para o controle	716
2. Áreas de Controle	720
3. Espécies de Controle.....	722
3.1. Quanto ao momento	722
3.2. Quanto ao órgão ou agente que realiza a fiscalização	724
3.2.1. Controle interno	724
3.2.2. Controle externo	726
3.2.3. Controle popular, privado ou social (<i>whistleblowing</i>)	728
4. Objeto do Controle.....	732
5. A LINDB e seus reflexos nas decisões envolvendo as finanças públicas.....	738
5.1. Vedação do decisionismo no direito	739
5.2. Decisão que resulte em invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	740
5.3. Interpretação de normas sobre gestão pública.....	740
5.4. Segurança jurídica e invariança do direito	741
6. Dos Tribunais de Contas.....	743
6.1. Conceito e função.....	744
6.2. Natureza jurídica do Tribunal de Contas.....	744
6.3. Tribunal de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição da competência jurisdicional no controle das transferências intergovernamentais.....	745
6.4. Natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas	752
6.5. Tribunal de Contas e a constitucionalidade de leis e atos do poder público	753
6.6. Eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Legitimidade para a sua cobrança	756
6.7. O devido processo legal, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo	759
6.8. Competência do Tribunal de Contas	761
6.8.1. Emissão de parecer prévio.....	761
6.8.1.1. O tema na jurisprudência.....	763
A) Quando não há o julgamento das contas pelo Legislativo.....	763
B) Rito do julgamento das contas do Presidente da República	764
6.8.2. Julgamento de contas	765
6.8.2.1. Contas de Governo x Contas de Gestão – Resgate da valorização do Poder Legislativo.....	767
6.8.2.2. “Lei da Ficha Limpa” e o julgamento do Tribunal de Contas.....	775
6.8.2.3. Delegação de competência e responsabilidade dos gestores	777
6.8.2.4. Possíveis resultados do julgamento do Tribunal de Contas.....	780
6.8.2.5. Do julgamento das contas dos Tribunais de Contas.....	782
6.8.3. Controle de atos de pessoal.....	784
6.8.3.1. O tema na jurisprudência.....	785

6.8.4.	Fiscalização em sentido estrito	786
6.8.4.1.	O tema na jurisprudência.....	790
6.8.5.	Aplicação de sanções e medidas cautelares	791
6.8.5.1.	Espécies de sanções: multas e ressarcimento	792
6.8.5.2.	Sanções e tipicidade	796
6.8.5.3.	Medidas cautelares e outras atribuições punitivas	797
6.8.5.4.	Transmissibilidade das sanções aos sucessores	800
6.8.5.5.	Excludentes das sanções	801
6.8.5.6.	Prescrição das sanções: a polêmica imprescritibilidade das ações de ressarcimento	803
6.8.5.7.	Da impossibilidade de aplicação de penalidades através do parecer prévio.....	808
6.8.6.	Competência corretiva.....	811
6.8.7.	Dever de representação.....	814
6.8.8.	Auxílio aos Fundos de Participação.....	815
6.8.9.	Auxílio à Comissão Mista Permanente.....	816
6.8.10.	Poder Regulamentar.....	817
6.9.	Tribunal de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	819
6.10.	Tribunal de Contas e o sigilo bancário.....	820
6.10.1.	O tema na jurisprudência	821
6.11.	Organização dos Tribunais de Contas.....	822
6.11.1.	Composição	822
6.11.2.	Requisitos para o provimento dos cargos	822
6.11.3.	Competência para indicação dos membros.....	823
6.11.4.	Equivalência de impedimentos e vantagens.....	824
6.12.	Tribunal de Contas e os direitos fundamentais	826
7.	Direito financeiro como instrumento de combate à corrupção. <i>Compliance</i> e Lei Anticorrupção.....	828
8.	Quadro Sinóptico	838
9.	Súmulas Aplicáveis.....	841
9.1.	STJ	841
9.2.	STF	841
9.3.	TCU.....	842
10.	Informativos Recentes.....	845
10.1.	STJ	845
10.2.	STF	846
11.	Jurisprudência Selecionada.....	856
11.1.	STF	856
12.	Questões de Concursos Públicos.....	859

ADENDO

JURISPRUDÊNCIA ESPECÍFICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	863
INFORMATIVOS: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – STF.....	869
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	889